

O sacerdócio feminino na Igreja Católica Romana a partir de uma análise feminista sobre o poder

Ana Livia Vieira Rodrigues - Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. PPGNEIM/UFBA. E-mail: alvrodriques@ibest.com.br

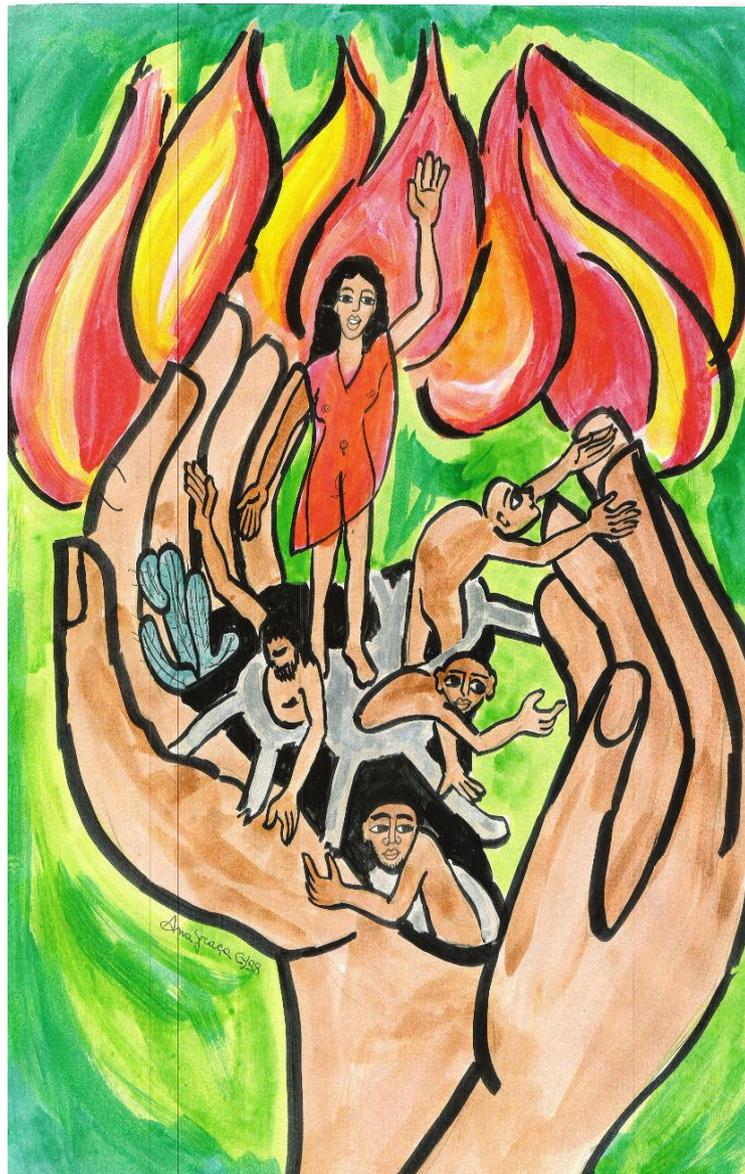


Imagem cedida por irmã Ana Graça

“- Mãe, que é uma feminista? - Feminista minha filha, agora é qualquer mulher que prefere pensar em seus problemas de um modo que os homens não aprovam.” (MILLER, 1915 apud FIORENZA, 1995).

Resumo

Pretende fazer uma análise da ausência das mulheres no sacerdócio dentro da Igreja Católica Romana. A intenção é colocar algumas perguntas que possibilitarão reaver o que foi negligenciado por teólogos e historiadores; por isso, aponta a necessidade de uma abordagem feminista, na tentativa de recuperar aspectos que foram pouco estudados, por exemplo, as mulheres enquanto sujeitos históricos em sua relação com o clero católico, particularmente, e com o cristianismo, em geral, e que são a motivação desse estudo.

Palavras-chave: Mulheres. Sacerdócio feminino. Igreja Católica Romana. Feminismo.

The priesthood females in Roman Catholic Church from a feminist analysis on the power

Abstract

It intends to make an analysis of the absence of women in the priesthood within the Roman Catholic Church. The intention is to ask some questions that will get back what has been neglected by theologians and historians; therefore, points to the need for a feminist approach, in attempting to recover aspects that were little studied, for example, the women while historical subjects in their relationship with the catholic clergy, particularly, and with christianity, in general, and which are the motivation of this study.

Keywords: *Women. Female Priesthood. Roman Catholic Church. Feminism.*

INTRODUÇÃO

Na tentativa de entender como são constituídas as relações de poder, dentro do catolicismo, a definição de Scott (1990, p. 12) sobre gênero, como analogia ao poder, é importante “[...] o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...]”. Numa discussão mais geral, poder é entendido como “[...] possibilidade de impor os próprios interesses mesmo contra a vontade de outros [...]” (DICIONÁRIO..., 1997, p. 396). Daí, que, comparando com o pensamento da autora, na raiz dessa imposição está o sexo, na maneira que foi culturalmente construído. Mas como é definido poder pela instituição católica?

De acordo com o Dicionário de Termos da Fé, no Código do Direito Canônico, o poder é descrito como: “Capacidade e direito de exercer uma função na Igreja, a título de ordem, do

magistério, da jurisdição [...]” (LA BROSSE; HENRI; ROUILLARD, 1989, p. 600). O que implica que só os homens e celibatários, ou seja, os que receberam o sacramento da ordem e, conseqüentemente, fizeram o voto de castidade, podem assumir o comando da instituição.

O poder da Igreja, diferente de outros considerados temporais, é tido como um poder espiritual que advém de Cristo (LA BROSSE; HENRI; ROUILLARD, 1989, p. 600). Em documentos oficiais, como o do Vaticano I (1870), essa posição de que o poder emana de Deus e em nome da divindade é exercido, é frequente, justificando a desigualdade, ou seja, a hierarquia (ALMEIDA, 1988, p. 312).

Outro documento da Igreja, *Lumen Gentium*, parte do Concílio Ecumênico Vaticano II (1964), oferece um modelo diferenciado de Igreja, considerado como comunitário e carismático. A Igreja se assumiu como Povo de Deus e confirmou a comum dignidade de todos católicos, a condição do ser cristão e não a hierarquia passa a ser o primeiro plano da instituição. Porém, ainda persiste a visão de Vaticano I (apud ALMEIDA, 1988) – quanto ao clericalismo: Igreja dos padres e não dos pobres, a de todos, sem hierarquia não configura uma realidade.

[...] o capítulo XI do esquema *Supremi Pastoris* distribuído no Vaticano I dizia: ‘Mas a Igreja de Cristo não é uma sociedade composta de membros iguais, como se todos os fiés que dela fazem parte tivessem os mesmos direitos, mas ela é uma sociedade desigual [hierárquica], e isto não só no sentido que entre os fiés alguns são clérigos e outros são leigos, mas sobretudo porque há na Igreja um poder divinamente instituído que uns receberam para santificar, ensinar e governar e que outros não têm.’ (ALMEIDA, 1988, p. 312).

Apesar de seu poder ser tido como espiritual, não significa que a Igreja hoje não interfira no domínio do poder temporal. Através do *Tratado de Latrão*, de 1929, a autonomia política do território do Vaticano pertence ao Papa, e o pontífice estabelece relações diretas com a maior parte dos governantes do mundo. Em Estados como o Brasil, a Igreja consegue travar a legalização do aborto. Isso leva ao seguinte questionamento: Já que o Estado é uma instituição laica por que segue os ensinamentos da Igreja?

Uma questão de suma importância, combatida pela Teologia Feminista,¹ é que o poder que apenas um grupo restrito de homens exerce dentro e fora da Igreja, é considerado um poder sagrado, pois é delegado por Cristo, por isso se torna difícil para as(os) fiéis discordarem; mais ainda quando é dito que o sacerdócio só pode ser exercido por homens pelo simples fato de que Jesus não escolheu mulheres como apóstolos.

IGREJA E SACERDÓCIO FEMININO

Como a tradição católica determina que apenas homens exerçam os ministérios ordenados e, portanto, o poder, qualquer reflexão que leve a discordância desta posição, gera conflitos, onde a posição diferente é vista como aquela que é contra o sagrado. O poder eclesial por ter sido sacralizado é tido como imutável. Ivone Gebara comenta a origem de tal concepção:

[...] as categorias aristotélicas de que há instituições naturais hierarquizadas e delimitadas ainda é uma herança bastante presente nas Igrejas. Os conceitos natural e sobrenatural também ainda estão presentes, de forma que os argumentos para resistir à mudança acabam sempre sendo legitimados ou pela ordem dita natural, ou pela ordem dita sobrenatural. (GEBARA, 1989, p. 22).

Para as teóricas feministas, desconstruir a dominação masculina que foi dada como natural, tem sido um trabalho árduo, ainda hoje muitos homens se baseiam nesse poder para espancar, violentar as mulheres; entendem que é um direito, não acreditam estar errados ao impor seus interesses e objetivos através da violência:

As mulheres, na maioria dos casos, experimentam o poder como opressão que as atinge em todos os setores de sua vida; ele aparece como um elemento central do sistema de dominação patriarcal (= Patriarcado). Este sistema institucionaliza o sexismo contra as mulheres, que torna patentes todas as experiências de violência, desprezo e opressão que as mulheres experimentam com base no sexo. (DICIONÁRIO..., 1997, p. 397).

Ao contrário das teólogas(os) que afirmam igualdade como filhas e filhos de Deus ou pela condição do sacramento do batismo, as teóricas feministas buscaram a laicidade do Estado, do Direito e da cidadania, suas denúncias não foram protestos em nome da divindade, mas das injustiças sofridas.

Para as(os) teólogas(os) feministas, se torna mais difícil desconstruir o que é tido como sobrenatural, direito divino, como é o caso da hierarquia masculina, até mesmo porque o feminismo, enquanto movimento, não partiu de nenhuma fundamentação religiosa. O início da discussão sobre poder pela teologia feminista foi difícil; as teólogas adiaram até mesmo para não admitir que enquanto mulheres de Igrejas, elas eram participantes, apoiavam o sistema de poder eclesial:

A única maneira de enfrentar um poder deste tipo seria rejeitando-o e renunciando ter participação nele. Com esta pretensa renúncia as mulheres acreditavam que estivessem se libertando da própria colaboração e responsabilidade, o que não tardou a ser reconhecido como um erro. (DICIONÁRIO..., 1997, p. 397).

A solução foi encontrar novas formas de relacionamento com o poder. Desconstruir a imagem negativa da relação mulher – poder. Na religião cristã, as mulheres por serem herdeiras do pecado da desobediência de Eva, ou seja, se colocar no lugar de Deus, desejar o poder, dificultou o exercício com o mesmo, tanto nas instâncias religiosas como nas sociais. A partir de uma nova consciência, ajudada pela hermenêutica bíblica feminista,² foi possível fazer novas leituras do poder da mulher na Bíblia e pensar no poder com, em relação:

[...] As mulheres são encorajadas a experimentar seu “poder-em-relação como Deus” [Heyward]. Por esta referência divina, existente tanto nas relações mútuas como nas relações com as coisas criadas, elas ganham força para tomar posição em favor uma das outras. Esta idéia é defendida, sobretudo pela teologia feminista americana, assim como pelo fato de se traduzir o conceito inglês *power* como poder, mas também como força. (DICIONÁRIO..., 1997, p. 397).

No entanto, mulheres no sacerdócio católico não foi possível, mesmo a partir de toda reflexão sobre poder da Teologia Feminista. Para se posicionar contra essa ordem legitimada como divina e lutar pelos direitos da mulher, a única possibilidade na concepção de teólogas, como Ruether, é a partir de uma consciência feminista, vinculada a um movimento feminista que cresce através de redes de comunicação e propõe uma possibilidade alternativa (RUETHER, 1993, p. 154).

Na visão de Gebara (1988, p. 52), a sugestão é em vez da hierarquia excludente – uma Igreja “[...] circular, elíptica, arredondada, múltipla e misturada [...]”, e só assim a mulher deveria desejar o sacerdócio.

Mas o clero católico não deseja partilhar o poder e sentindo-se incomodado pelos questionamentos sobre o ministério ordenado feminino, oriundos principalmente da Europa e Estados Unidos, responde não só negando, mas dizendo em suas entrelinhas: não perguntem mais sobre ordenação para mulheres.³ Uma afirmação de Boff (1990, p. 33) reflete essa posição do Vaticano:

[...] Toda dominação começa pela proibição de fazer perguntas. Quem nega perguntar, tolhe a verdade de se manifestar. Quem se recusa perguntar até o fim, se priva da luz benfazeja que o encontro com a verdade suprema gera.

Nossa resposta ao incansado perguntar não pretende mais que ser um balbucio sobre o Mistério supremo que se revela com traços femininos.

Daí, que mulheres e homens não se conformaram, e não deixaram de perguntar sobre tal assunto. Na prática, a ordenação feminina não é vista como desejo das mulheres de realizar uma vocação ou serviço a Igreja; o medo é que elas ocupem todos os espaços dentro da instituição, colocando a atual hierarquia em segundo plano.

Muitas mulheres submetidas ao sistema patriarcal se conformam, na sua maioria, em exercer tarefas dentro da Igreja referentes ao lar: como limpeza e ornamentação ou são secretárias paroquiais, sendo poucas as que coordenam as pastorais. Nos institutos e congregações femininas elas exercem a chefia dentro do seu espaço institucional. Outra exceção que também não significa uma autoridade maior é o das líderes comunitárias onde os padres demoram a chegar, devido a grande extensão da paróquia.⁴

Por tradição, as mulheres foram consideradas seres apenas morais, guardiãs e transmissoras dos costumes e de suas normas. Dessa forma, para elas foi reservado apenas o espaço privado que significa uma privação da participação nas decisões coletivas, na criação de leis e na invenção democrática de novos direitos. (ÁVILA, 2001, p. 21).

Essa divisão entre público e privado reflete a relação senhor e serva. Para elas fica o lar e a obediência ao seu senhor; para eles o espaço público e o exercício do poder que é tido como natural e, no caso das Igrejas, sobrenatural. No entanto, não pode ser esquecido que mulheres negras e pobres sempre ocuparam os espaços públicos para o trabalho em favor de seu sustento, de suas famílias e até mesmo de seus senhores, como no Brasil oitocentista.

As relações escravistas na rua se caracterizavam pelo sistema de ganho. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos. (SOARES, 2006, p. 59).

Nesse estudo, não se defende idéias de que existem espaços rígidos que separam a atuação de ambos os sexos, assim como, não adianta que as mulheres sejam incorporadas pelo poder político, mundo dos negócios ou pelas hierarquias das Igrejas, e de que aos homens bastam apenas aprender cuidar da casa e das crianças, para que as desigualdades sejam sanadas:

[...] Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. (SCOTT, 1990, p. 4).

No século XXI, com as mudanças já ocorridas nessa visão de público e privado, pode ser afirmado que para cada homem trabalhando existe uma mulher fazendo o mesmo, ainda que na hora dos salários persistam desigualdades que favorecem aos homens e o mesmo ocorre na ocupação dos cargos de chefia.

Em termos de mercado de trabalho, os homens brancos são a maioria dos executivos com os melhores salários do país. Nesse esquema, as mulheres vão aparecendo a medida que vão baixando os níveis de poder ou privilégio. As mulheres negras vão aparecendo à medida que esses níveis baixam ainda mais. (ÁVILA, 2001, p. 40).

No entanto, a mulher tem, cada vez mais, conquistado novos espaços. Nas Igrejas da Reforma nota-se a presença de mulheres como pastoras; em algumas até, como o caso da luterana, já exercem o bispado, porém assim como no mundo do trabalho as desigualdades permanecem.

O feminismo liberal, baseado em seus pressupostos iluministas de igualdade inspirou as mulheres de Igreja, já que mulher e homem são da mesma forma imagem de Deus e é a natureza humana comum a base dos direitos sociais, a lutarem pela ordenação feminina. Em 1853, foi ordenada para o ministério congregacional Antoinette Brown, nos Estados Unidos dentro do conceito de justiça como oportunidade igual, independente do sexo, sem, contudo, modificar os papéis que são definidos pelos homens quanto ao ministério:

Embora alguns poucos grupos protestantes tenham começado a ordenar mulheres no século XIX, foi só em meados da década de 50 até a de 70 deste século que a maioria das principais denominações protestantes americanas começaram a ordená-las. Só desde 1970 que um número suficiente de mulheres começaram a estudar Teologia e ser ordenadas para o ministério e que as implicações par a natureza da Igreja e do ministério começaram a ser levantadas. (RUETHER, 1993, p. 166).

Em seguida, aconteceu o mesmo na América Latina. Raquel Martinez, chilena, é teóloga, Pastora da Igreja Metodista, nomeada pela primeira vez em 1991. A congregação da cidade de Copiapó,⁵ a recebeu em crise, desiludidos por não ser um homem, no momento em que desejavam construir um novo templo. Um ano depois, afirma a pastora, os fiés aceitavam bem sua presença e estavam animados. Em seu testemunho sobre o pastorado feminino diz:

[...] Nossa Igreja Metodista no Chile tem, no entanto, mais de 170 anos de história, nos quais a presença das mulheres não tem sido fraca, muito pelo contrário, é uma igreja pioneira em consagrar ou nomear pastoras. Ainda está viva uma das primeiras pastoras nomeadas, Josefina Molina, que já deve estar com quase 100 anos. Ela foi pastora nas décadas de 1940 – 1960 [...] (SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 2003, p. 235).

Em seu relato, Martinez, observa que as mulheres que exercem esse ministério não são todas teólogas feministas e, na prática, o pastorado feminino não difere consideravelmente do masculino. A estrutura da Igreja até o ano de 2002, quando participou do congresso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER) não estava aberta a mudanças, a categoria gênero ainda não havia sido assimilada nos cursos de Teologia que preparam os novos pastores, mas já havia interesse em trabalhar com uma nova hermenêutica bíblica na perspectiva da mulher.

Acreditamos que a IMECH⁶ ainda tem uma longa caminhada para superar a discriminação contra a mulher. As políticas oficiais apresentam uma Igreja que acolhe e que permite o ministério ordenado da mulher. Mesmo assim, é somente a partir de 1989 que qualquer mulher, sem discriminação, pode ter nomeação [...]. (SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 2003, p. 235).

Verônica Melander escreveu sobre a ordenação de mulheres na Igreja Luterana e parte do princípio de que esta é uma questão do ponto de vista da tradição mais fácil de resolver em qualquer uma das Igrejas da Reforma, do que na católica ou na ortodoxa, visto que pelo sacramento do batismo todos são iguais. Ela apresentou também no congresso da SOTER, de 2003, algumas considerações sobre ordenação de mulheres em sua Igreja:

Na Igreja sueca foram permitidas pastoras em 1958. As primeiras ordenações aconteceram em 1960 e agora 25% dos pastores são mulheres. A Igreja tem no momento duas bispas. A primeira delas foi ordenada em 1997. Embora já tenha passado mais de quarenta anos, o assunto do ministério feminino persiste como uma das grandes áreas de conflito dentro da Igreja sueca. A razão é que apesar de haver uma grande maioria a favor, existe uma minoria, muito militante e bem organizada, contra a ordenação de mulheres. Ser contra o ministério feminino se tornou um símbolo para a corrente mais conservadora. (SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 2003, p. 245).

Este relato evidencia as diferenças dentro da Igreja Luterana. Na Igreja Luterana do Brasil, por exemplo, não existe o ministério episcopal. Um diferencial em relação à Igreja Católica, é que a ordenação não tem justificativa bíblica, por isso não importa que Jesus tenha

escolhido apenas homens como apóstolos, como defende a hierarquia católica para não ordenar as mulheres.

Em Assembléia Geral, de maioria masculina, a Igreja Luterana sueca decidiu que se não liberasse o sacerdócio feminino seria uma discriminação. Na década de 50, as mulheres já ocupavam todos os cargos públicos naquele país e como a Igreja Luterana era estatal, a mulher só permanecia de fora dessa função. A minoria que perdeu não se conformou e tentou dificultar o trabalho das pastoras, além de tentar anular a decisão tomada. As pastoras foram inclusive acusadas de atrapalhar o ecumenismo, pois as Igrejas: Católica e Ortodoxa não ordenam mulheres.

Na prática, as mulheres não puderam exercer seu ministério com o mesmo direito que os homens, pois dependiam do bispo de diocese ou do pastor da paróquia. Apenas, em 1982, quando a legislação trabalhista sueca aprovou a lei de igualdade entre homens e mulheres, as pastoras deixaram de depender da aprovação do clero masculino. Em 2000, a Igreja Luterana se separou do Estado na Suécia, e os pastores passaram a ter obrigação de cooperar com as suas colegas de ministério.

Os casos do pastorado feminino na Igreja Metodista do Chile, quanto na Igreja Luterana da Suécia demonstram que a presença da mulher na hierarquia não modificou os padrões tradicionais de exercício do poder. As mulheres foram aceitas, pois não proporcionaram grandes mudanças ou quase nenhuma nas estruturas: “[...] outra lembrança importante, a destacar é que a ordenação de mulheres, apesar de ser um passo muito importante, não resolve todos os problemas de gênero dentro das Igrejas.” (SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 2003, p. 254). Mas é considerado por teólogas(os) feministas como um primeiro passo, um avanço.

A QUESTÃO DO PATRIARCADO

Na Igreja Católica, as mulheres são a maior representação numérica e, ainda hoje, elas continuam sem autonomia de decisão. O que leva mais uma vez, ao questionamento da atuação do patriarcado [pater = pai mais arché = princípio] (NAVARRO, 2006, p. 403), dentro da Igreja, visto que, este está infiltrado nos os espaços e no religioso pode até ser mais intenso, devido à justificação sagrada para perpetuar as desigualdades.

A tradição judaica da qual descende o Cristianismo estima a tradição familiar centrada na figura do pai, onde esposa, filhos e filhas são pensados em função do chefe da família. O

livro bíblico intitulado de Provérbios descreve de que maneira deve ser a mulher ideal, a que vive em função do marido e de toda família:

Quem poderá encontrar a mulher forte? Ela vale muito mais do que pérolas. Seu marido confia nela e não deixa de encontrar vantagens. Ela traz para ele a felicidade e não a desgraça, em todos os dias de sua vida. Ela adquire lã e linho, e suas mãos trabalham com prazer. Ela é como navio mercante, que importa de longe a provisão. Ela se levanta ainda quando é noite, para alimentar a família e dar ordens às empregadas. (PROVÉRBIOS, 34:10-15).

Sendo esse um dentre outros livros bíblicos, que ressaltam a submissão feminina, textos que são lidos e refletidos nos cultos religiosos, espaço onde pouco se fala das lideranças femininas bíblicas, como Débora e da atuação de muitas mulheres, como as matriarcas Sara, Rebeca, Raquel, pode-se afirmar o que se espera das mulheres nas Igrejas cristãs, em nível de modelo, ideal feminino.

O patriarcado está entronizado nas nossas práticas sociais, nas nossas formas de nos posicionar e de nos relacionar uns com os outros e nos recursos que utilizamos para dar sentido uns aos outros. E não podemos com facilidade rejeitar essas práticas. Daí, precisarmos compreender como seremos capazes de desenvolver novas práticas ao mesmo tempo em que ainda fazemos uso dos recursos incorporados às antigas. (SHOTER, 1993, p. 92).

Na Igreja Católica do Brasil, a maioria das fiés católicas não questiona a estrutura hierárquica e, que na prática, lhes é excludentes ou não reivindicam espaços igualitário de poder em suas comunidades ou paróquias. Elas acatam sem contestar o poder masculino e criticam mulheres dentro da Igreja que lutam pelo mesmo.

As mulheres além de outros têm três problemas com o poder: delega aos outros [pai, marido, chefe, padre]; demonização [é visto o poder como mal]; compensação [a manipulação exercida através dos afetos]. (NAVARRO, 2006, p. 417).

Mesmo sendo naturalizado o poder para os homens, o acesso ao mesmo não é facilitado para todos, pois é marcado por desigualdades de classe, raça e cultura, haja vista, que nunca tivemos um papa negro ou latino-americano, mesmo sendo um bispo, o homem não pode tomar medidas contrárias às ordens do Vaticano. Colocar as mulheres nessa estrutura de poder tem sido uma grande contradição para as teólogas(os) feministas: defender o princípio da igualdade ou repudiar essa forma de poder?

Pensar e agir no sentido de um projeto feminista que tenha a igualdade como referência exige análises cada vez mais refinadas sobre os mecanismos e as dinâmicas que engendram as desigualdades de gênero. Nesse sentido, o conceito de patriarcado é fundamental, pois se necessita de uma referência analítica e explicativa sobre a questão do poder e da dominação na relação entre homens e mulheres, e sobre as estruturas sociais que sustentam a reprodução dessa relação social desigual. As questões de classe e de raça são, por outro lado, inextricáveis das questões gênero [...]. (ÁVILA, 2001, p. 31).

Schussler-Fiorenza (1995), teóloga norte-americana, defende o sacerdócio feminino, mas afirma que a mulher não deve preterir cargos menores, deve lutar para ser bispa ou papisa, para que tenha poder para mudar as estruturas patriarcais da Igreja, além de se colocar contra a castidade obrigatória, fato que levaria apenas as mulheres religiosas ao sacerdócio, caso fosse aprovado. As mulheres católicas devem definir seus objetivos em nível de Igreja antes de empreender uma luta pelo ministério profissional.

A justificativa oficial da Igreja se apóia nos argumentos de só varão e celibatário poder exercer o sacerdócio católico; argumentos como o de Boff (1982)⁷ desconstruem essa visão, ao afirmar que só homem nascido em Israel e judeu, assim como Jesus, deveriam receber o sacramento da ordem, pois o homem não é um ser abstrato, ele está ligado a uma cultura, língua, lugar. Além de que, onze dos doze apóstolos foram casados. Se a tradição deve ser mantida os argumentos oficiais para não aprovar o sacerdócio feminino são ambíguos.

Como já mencionado, a luta pelo ministério ordenado para mulheres é centrada na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, teólogas, como Gebara, afirmam não ter interesse nesse tipo de hierarquia, apesar de muitos de seus argumentos teológicos que combatem o patriarcado serem utilizados em defesa do sacerdócio feminino, já que a mesma sempre trata de igualdade de direitos e condena o poder excludente da Igreja.

Eu tenho duas posições, a primeira posição é assim: como equilíbrio de forças nesse mesmo modelo, acho que valeria apenas, trabalhar em uma linha do sacerdócio para mulheres. Mas, numa outra perspectiva, que é a que eu abraço mais, acho que esse esquema sacerdotal bastante judaico, diferente daquilo que nós temos como tradição de Jesus, a gente deveria superar essa noção de sacerdócio, porque o sacerdócio implica nessa mediação entre a humanidade e Deus e acho que nós já estamos vivenciando uma noção diferente de Deus, uma noção em que Deus é o mistério que atravessa todas as vidas e todos os sistemas de vida e conseqüentemente as mediações nesse sentido não são necessárias. Isso não significa que a gente não precise uns dos outros e nessa necessidade, nós precisamos também de pessoas que exerçam tarefas específicas de celebração, de convidar a certas ações, de convocar, para mim, não é necessariamente o modelo sacerdotal tradicional. (GEBARA, 2007).

Quando analisado o discurso oficial da Igreja Católica, a instituição afirma igualdade cultural “[...] nem judeu nem grego [...]”; de condição, “[...] nem escravo e nem homem livre [...]”; para ambos os sexos “[...] não há varão, nem mulher, todos são um em Cristo [...]”, fundamentado em Paulo (Gl. 3,28), o mesmo apóstolo que diz que a mulher deve cobrir a cabeça em assembléia (1Cor. 11) e reforça a estrutura hierárquica colocando Cristo como cabeça do homem e o homem da mulher, assim como a Igreja que na prática subordina a mulher ao homem. O que prova que textos bíblicos e documentos oficiais escondem, atrás do discurso de igualdade, uma estrutura hierárquica e excludente principalmente com as mulheres.

Sem dúvida, dentro de uma visão cristã hierarquizada e diferenciada também por instituições que se apresentam mais ou menos “especializadas” nos caminhos da perfeição espiritual, os pobres e entre eles as mulheres, não podem fazer parte da plêiade de eleitos e eleitas. (MULHER, 2003, p. 40).

Outro exemplo, que reforça as desigualdades é o Dicionário de Termos da Fé, considerado como um recurso para teólogos. Nele aparece as definições de mulher e homem, onde não se percebe a mesma dignidade e igualdade. Mulher é:

Tratamento deferente empregado comumente em relação a todas as mulheres (JO: 4,21) e que Jesus também utilizou com a sua mãe (JO: 2,4; JO: 19,26). Mulher adúltera, mulher surpreendida em adultério pelos escribas e fariseus, e levada a Jesus que recusou condená-la (JO: 7,53). Mulher forte, a mãe e a esposa ideal cujo retrato é feito no livro dos Provérbios (31,10-31). Santas mulheres, mulheres que seguiram Jesus, especialmente mencionadas durante o drama do calvário (Lc. 23,27-31). Mulher de Lot, mulher do sobrinho de Abrão, transformada em estátua de sal por ter querido ver a destruição de Sodoma (Gn. 19,26). (MULHER, 1989, p. 511).

Como esperado, são ressaltadas virtudes consideradas femininas: mãe e esposa ideal, mas atreladas a elas aparecem os defeitos: adúltera, curiosa – por isso, a mulher de Lot [que não tem nome próprio no texto bíblico] olhou para trás e acabou castigada, sendo transformada em uma estátua de sal, assim como aparece a imagem positiva de forte e santa, todos os atributos do ser mulher. Já, o todo que forma o ser homem é tido como:

O homem pode ser considerado, na sua totalidade, em cinco aspectos, primeiro é um sopro de vida que vem de Deus; segundo o homem é carne, isto é também saído da terra; terceiro o homem é espírito, isto é, aberto a Deus e ao Seu conhecimento; quarto o homem é corpo, isto é, capacidade de se exprimir para fora, de estar em relação; quinto o homem é imagem de Deus (Gn. 1,26) e chamado a semelhança perfeita. (LA BROSSE; HENRI; ROUILLARD, 1989, p. 511).

Em nenhum dos cinco itens que define o homem foi destacado os defeitos, no caso da mulher ao lado de mãe, forte e santa, aparecem adúltera e curiosa, e é ressaltado mais uma vez que ele é imagem de Deus, e não menciona a mulher como a mesma imagem ao defini-la. Ao mesmo tempo, pode ser afirmado que nos livros e documentos da Igreja os conceitos de mulher e homem aparecem como categorias fixas.

Apesar disso, chama atenção o fato desse ser um dicionário do fim da década de oitenta, um período que a Igreja Católica já sofria as influências do movimento feminista e que já existia na Europa e nos Estados Unidos a Teologia Feminista, mesmo que no Brasil e em toda América Latina encontrava-se ainda no princípio. O próprio dicionário escrito por homens e europeus define esse conceito:

Teologia Feminista: releitura da Bíblia das origens cristãs, da história e da teologia a partir do movimento de emancipação das mulheres dos anos sessenta e contestação da legitimação masculina nas comunidades cristãs e nas práticas sacramentais, litúrgicas e catequéticas que daí resulta (TEOLOGIA FEMINISTA, 1989, p. 511).

Em nome da tradição cristã, os teólogos que redigem a maioria dos escritos da Igreja sejam eles os documentos oficiais ou livros outros como os dicionários, dificultam qualquer reflexão contrária às imagens de homens e mulheres tidas como as naturais. E, provavelmente, por ser a divindade projetada como masculina – Deus Pai e a salvação segue pelo mesmo caminho – Deus Filho, eles se sentem mais perto da verdade.

Outra desconstrução da Teologia Feminista se concentra na via de salvação masculina, pelo fato de Jesus ter nascido homem, além da apresentada por Gebara (1997) sobre Maria, também como salvadora, Benedito Ferraro (2004, p. 9) afirma que o mais importante foi Jesus ter se tornado humano; para isso, o teólogo se apóia em escritos dos primeiros Concílios da Cristandade, onde o que aparece é o humano e não o homem.

Sem negar a encarnação histórica de Jesus como ser humano masculino, nossa pesquisa se dirige na perspectiva de que o fato de Jesus se encarnar como varão não possibilitaria, imediatamente, que todo o poder exercido na Igreja devesse ser exercido por pessoas do sexo masculino. (FERRARO, 2004, p. 6).

Para o autor, a insistência da palavra “humano” e não homem, varão para designar a entrada de Jesus na história humana, não foi sem intenção pelos padres da Igreja nestes Concílios. No plano da salvação, o importante é a divindade ter se tornada humana, o que

inclui o homem e a mulher, portanto, a nova leitura desses textos, possibilita uma nova leitura do poder na Igreja, baseada na compreensão de gênero, objetivando fundamentar um relacionamento igualitário.

Até mesmo alguns canonistas⁸ concordam que justificação bíblica não tem para a não ordenação de mulheres, a condição para o exercício do sacerdócio deveria ser o batismo e não no sexo da pessoa. Como afirma a teóloga Schneideris (1988, p. 16) “[...] o problema em Deus está no gênero e em Jesus está no sexo.” A desconstrução que esses teólogos e teólogas vêm fazendo no sentido de dar dignidade à mulher que lhe é de direito, ainda é insuficiente e não é do conhecimento do grande público, pois, por não contar com apoio oficial da hierarquia, não conseguiram publicar tanto quanto a teologia tradicional.

Alguns homens de Igreja resistem às elaborações teológicas das mulheres na medida em que estas fogem aos padrões convencionais considerados como verdadeira teologia científica. A produção teologia, e mesmo teologia científica. A produção teológica foi sempre tarefa do homem e a entrada de mulheres, sempre consideradas subalternas, cria não só insegurança quanto à “veracidade” da doutrina ensinada, mas um mal-estar difuso como se a teologia produzida fosse de segunda categoria. (GEBARA, 1989, p. 24).

Em suas mais recentes afirmações, Gebara tem discutido com ênfase a questão do corpo e da sexualidade das mulheres, pois na sua visão é aí que começa a opressão e também pode ser o começo de sua autonomia:

Las iglesias tienen miedo a los cuerpos, principalmente al cuerpo de la mujer. Temen abrirle paso porque esto exigirá una nueva organización del espacio y del poder ‘sagrados’. Temen, aún, porque tendrán que convivir con cuerpos diferentes en una relación entre cuerpos de derechos iguales. Y siendo así, no podrán más dictar órdenes para la sumisión de esos cuerpos. Tendrán que dividir el poder sobre los cuerpos. (GEBARA, 1989, p. 30).

São as instituições no geral e não só a religiosa, como o caso do catolicismo, mas a Medicina, o Direito, a Política e, cada vez mais, a mídia agindo no controle do corpo da mulher. Por isso, é necessário, na visão de teólogas como Gebara, denunciar o patriarcado tanto na Igreja como na sociedade, pois é impossível fazer Teologia Feminista sem falar dos corpos femininos e, especificamente, da sexualidade feminina:

Mas a Igreja não está sozinha nesta tarefa. O governo não emana de um único ponto, ele é exercido por múltiplas forças e grupo que regulam a nossa existência. Outras instâncias e autoridades também se consideram capazes de vigiar, julgar e marcar a sexualidade e o gênero. (LOURO, 2004, p. 38).

Por ser independente de uma fundamentação religiosa, o Movimento Feminista teve menor dificuldade que a Teologia Feminista para tratar do corpo e da sexualidade da mulher, mas esse assunto continua sendo importante para as teólogas. Um exemplo, em favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é o grupo das Católicas pelo Direito de Decidir Brasil (CDD-Br), que desde sua criação, em 1993, defende o aborto legal e, mesmo de dentro do catolicismo combate a hierarquia e os seus dogmas, além de suas publicações se constituírem um espaço para a divulgação da Teologia Feminista.

Um projeto considerado importante pelas CDD-Br é o de “*Violência de Gênero na Igreja Católica*” que promove seminários tratando da influência dos elementos religiosos na promoção da violência contra a mulher e tenta sensibilizar a sociedade no caso da violência sexual contra mulheres envolvendo religiosos. No entanto, as CDD-Br não são bem conhecidas dentro da própria Igreja Católica.

Assim acontece com a Teologia Feminista, que ocupa um lugar marginal na Igreja, mesmo que parte das(os) teólogas(os) pertençam a um instituto ou congregação religiosa, no tocante ao Brasil não é maioria, o que caracteriza o caso nacional são as teólogas acadêmicas, pois, na sua maior parte, são mulheres leigas [e alguns homens], não freiras, e que estão engajadas em movimentos sociais e articuladas com o Movimento Feminista e é comum estarem ensinando nas faculdades e instituições teológicas.

A grande maioria das fiés católicas não conhece a Teologia Feminista e, na hora em que precisam de apoio para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, as mulheres que recorrem à Igreja o faz através dos templos, dos padres e de religiosas não envolvidas na sua grande maioria com a Teologia Feminista.

Como resultado da educação recebida, e, até mesmo, com receio de enfrentar a hierarquia ou de perder o lugar que ocupam, a maioria das religiosas prefere não incorporar os avanços do feminismo e da Teologia Feminista às suas vidas. Muitas acreditam, ainda, que o lugar da mulher na Igreja é o de ser auxiliar do sacerdote, como então aceitar uma teologia que contesta isso?

Atualmente, novos campos estão em construção a partir da Teologia Feminista: a Teologia Feminista Negra, Indígena, Lésbica, das Trabalhadoras do Campo e das Domésticas, todas com seus “objetivos específicos” (GEBARA, 1989), que são questionados na articulação com o Movimento Feminista. No Brasil, essas teologias ainda são pouco escritas,

é uma dificuldade manter a reprodução e o crescimento da Teologia Feminista do Brasil como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos escritos oficiais, foi observado que a hierarquia católica não quer, a princípio, combater a Teologia Feminista, colocá-la à margem; mais do que isso, está a defesa do patriarcado ou governo do pai, receio de partilhar o poder, e de viver novas experiências deste: um poder circular, sem distinções, como propõe a Teologia Feminista. Por tanto, tudo são construções, para continuar garantindo a posse efetiva do poder masculino sobre o sagrado e sobre a vida das pessoas.

O sacerdócio de mulheres foi um fio condutor para analisar gênero; como relações primárias de poder, serviu para analisar como a Igreja Católica participa na criação de identidade de gênero. As reflexões apresentadas não têm o objetivo de defender a liberação do ministério feminino na instituição.

Como consequência, ficou o entendimento de que o fato das católicas estarem afastadas das decisões quanto ao rumo da instituição, não significa que elas não se agradam do poder, mesmo que desejem formas diferenciadas de poder. Outra observação que importa destacar é que novas relações de gênero estão sendo construídas no seio da instituição, a partir de sua base, principalmente, devido o trabalho das religiosas.

NOTAS

¹ Teologia feminista é uma teologia de mulheres de orientação feminista, que reconhecem, denunciam, criticam e desejam superar o patriarcado na sociedade, na Igreja e na convivência mútua. [...] Teologia feminista é uma teologia contextual que leva em conta a historicidade das situações de vida e o caráter restrito das afirmações teológicas.

² A hermenêutica bíblica feminista nasceu por volta do fim do século XIX nos Estados Unidos, no contexto sócio-cultural da luta pelos direitos da mulher, com o comitê de revisão da Bíblia. Este último produziu a *The Woman's Bible*, em dois volumes (New York 1885, 1898). Esta corrente se manifestou com grande vigor e teve um enorme desenvolvimento a partir dos anos 70.

³ Conferir o documento *Ordinatio Sacerdotalis*, 1994. Disponível em <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 12 set. 2003.

⁴ Paróquia é uma divisão administrativa utilizada pela Igreja Católica. Ver Dicionário de Termos da Fé.

⁵ Uma cidade de 800 quilômetros ao norte de Santiago, no Chile.

⁶ Igreja Metodista no Chile.

⁷ Em *Igreja: carisma e poder*, Boff afirma que o homem varão é um ser racialmente determinado e que os apóstolos de Jesus também foram homens casados.

⁸ Canonista é uma pessoa versada na ciência do Direito Canônico. Ver Dicionário de Termos da Fé.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José de. Modelos eclesiológicos e ministérios eclesiais: Cristologia a partir da mulher. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 48, n. 190, jun. 1988.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: Ávila, M. B. (Org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001, p. 15-61.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2000.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O rosto materno de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Mulher e homem imagem de Deus**, 1990. [Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1990].

DICIONÁRIO de teologia feminista. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERRARO. **Encarnação: uma questão de gênero?** São Paulo: Paulus, 2004.

GEBARA, Ivone. Cristologia fundamental. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Entrevista concedida a Ana Livia Vieira Rodrigues, na Casa de Retiro São Caetano. Salvador, 18 de março de 1997.

_____. **As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1989.

LA BROSSE, Olivier de; HENRI, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. (Dir.). **Dicionário de termos da fé**. Aparecida: Santuário, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUMEN Gentium. In: **CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1964.

MILLER, Alice Duer. **Are women people?: a book of rhymes for sulfrage times**. New York: George H. Doran, 1915.

MULHER. In: LA BROSSE, Olivier de; HENRI, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. (Dir.). **Dicionário de termos da fé**. Aparecida: Santuário, 1989. p. 511.

MULHER e homem imagem de Deus. **Revista Grande Sinal**, p. 40, 2003.

NAVARRO, Mercedes Puerto. A liderança das mulheres em uma nova maneira de ser Igreja. **Revista Convergência**, v. 41, n. 395, set. 2006.

ORDINATIO Sacerdotalis, 1994. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 12 set. 2003.

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e religião**. São Leopoldo, 1993.

SCHNEIDERIS, Sandra M. **As mulheres e a palavra**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. Discipulado de iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1990.

SHOTTER, J.; LOGAN, S. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, M. MC Canney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos, 1993. p. 91-109.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.). **Gênero e Teologia: interpretações e perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2003.

TEOLOGIA FEMINISTA. In: LA BROSSE, Olivier de; HENRI, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. (Dir.). **Dicionário de termos da fé**. Aparecida: Santuário, 1989, p. 511.

TRATADO de Latrão, 1929.

XABIER PIKAZA, O. de M.; NEREO SILANES, O. S. S. T. **Dicionário teológico o Deus cristão**. São Paulo: Paulus, 1998.

WOMAN'S Bible. New York, 1885, 1898. 2 v.

Artigo recebido em 14/12/2007 e aceito para publicação em 07/07/2008.